

Procedimento concursal comum com vista à ocupação imediata de 3 postos de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal do Município de Cascais, para a carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado a titulares de licenciatura em Engenharia Eletrotécnica (CNAEF 522) e com inscrição como membro efetivo da respetiva ordem profissional, para exercício de funções na Divisão de Infraestruturas e Especialidades (DIES), na Divisão de Manutenção e Serviços Logísticos (DMSL) e na Divisão de Obras e Edifícios e Equipamentos (DOEE)

ATA N.º 7

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas 10h55, reuniu, por meios telemáticos, o Júri do procedimento concursal comum com vista à ocupação imediata de 3 postos de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal do Município de Cascais, para a carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado a titulares de licenciatura em Engenharia Eletrotécnica e com inscrição como membro efetivo da respetiva ordem profissional, para exercício de funções na Divisão de Infraestruturas e Especialidades (DIES), na Divisão de Manutenção e Serviços Logísticos (DMSL) e na Divisão de Obras e Edifícios e Equipamentos (DOEE) aberto por deliberação da Câmara Municipal de Cascais de 24 de janeiro de 2023, que recaiu sobre a proposta n.º 69-2023, e publicado sob o Aviso n.º 20359/2023, no Diário da República n.º 206, 2.ª série, e na Bolsa de Emprego Público (BEP) com o código de oferta n.º OE202310/0669, ambos de 24 de outubro.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente – Paulo Nunes, Diretor Municipal de Obras e Manutenção.

Vogais efetivos:

2.º Vogal – Rui Lemos, Técnico Superior da Divisão de Obras de Edifícios e Equipamentos;

3º Vogal – Joaquim Castanheira Mendes, Chefe da Divisão de Obras de Edifícios e Equipamentos;

Vogal Suplente:

1.º Vogal Suplente – Vera Calha, Chefe da Unidade de Apoio Técnico.

1. A reunião do Júri teve por objeto deliberar sobre a elaboração do projeto de lista unitária de ordenação final, após a aplicação da totalidade dos métodos de seleção que compuseram o presente procedimento concursal.

2. Em conformidade com o disposto no artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (de ora em diante “LTFP”), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, e no artigo 17.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro (doravante designada, apenas, por Portaria), foram aplicados os métodos de seleção obrigatórios Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica à totalidade dos candidatos admitidos.

3. A Entrevista de Avaliação de Competências foi, ainda, aplicada enquanto método de seleção facultativo, ao abrigo do preceituado no n.º 4 do artigo 36.º da LTFP e n.º 2 do artigo 18.º da Portaria.

4. Apreciadas as candidaturas formalizadas, os candidatos que não reuniam os requisitos de admissão foram notificados, para, em sede de audiência prévia, virem pronunciar-se, querendo, sobre a intenção do Júri de os excluir, tal como resulta do disposto do n.º 4 do artigo 16.º da Portaria.

5. Decorrido o prazo legalmente fixado para o efeito, aferiu-se que nenhum candidato veio pronunciar-se nesta fase do procedimento, pelo que, não se verificando a necessidade de promover qualquer alteração às listas provisórias dos candidatos excluídos e admitidos anteriormente elaboradas, o Júri deliberou convertê-las em definitivas, reproduzindo-as respetivamente em anexos I e II, os quais, que para todos os efeitos, fazem parte integrante da Ata n.º 3.

6. A Prova Escrita de Conhecimentos teve lugar no dia 25 de janeiro transato e os respetivos resultados foram publicados no Anexo I da Ata 4 e publicitados no sítio da internet da Autarquia.

7. O método de seleção Avaliação Psicológica teve lugar no passado dia 07 de março, tendo sido aplicado pela empresa "Thomas Portugal", por não se ter afigurado possível a sua realização pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP). Cumprindo-se os devidos formalismos legais, foram os resultados obtidos pelos candidatos vertidos no Anexo I da Ata 5 e devidamente publicitados.

8. Por último, promoveu-se a aplicação do método de seleção facultativo ao único candidato aprovado no método de seleção anterior, a entrevista de avaliação de competências, que se realizou no passado dia 10 de abril, encontrando-se os respetivos resultados reproduzidos no Anexo I da Ata 6.

9. Considerando que cada um dos métodos de seleção é eliminatório, pela ordem constante do aviso do procedimento concursal, consideraram-se deste excluídos os candidatos que não compareceram à realização de um método de seleção ou que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores ou um juízo de *Não Apto* num dos métodos ou fases, não lhes tendo sido aplicado o método ou fase seguinte.

10. Conforme previsto no ponto 13.1 do Aviso publicado na Bolsa de Emprego Público (BEP), a ordenação final dos candidatos que completaram o procedimento, com aprovação em todos os métodos de seleção aplicados, é efetuada por ordem decrescente de classificação na escala classificativa de 0 a 20 valores, através da aplicação das seguintes fórmulas:

"(...)

b) *Candidatos a que foram aplicados os métodos de seleção prova de conhecimentos, avaliação psicológica e entrevista de avaliação de competências:*

$$CF = (CPC \times 70\%) + (CEAC \times 30\%)$$

Em que: CF = Classificação Final; CPC = Classificação da Prova de Conhecimentos; CEAC = Classificação da Entrevista de Avaliação de Competências."

11. Uma vez concluído este exercício, o Júri elaborou o quadro de ordenação final dos candidatos, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 23.º da Portaria, encontrando-se o mesmo vertido no anexo I à presente Ata sob o título "Projeto de Lista de Ordenação Final".

12. Posto isto, deliberou, também, o Júri, notificar os candidatos para, em sede de audiência prévia, dizerem o que se lhes oferecer sobre o referido projeto de ordenação final, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 25.º do referido diploma legal, dispondo, para o efeito, de um prazo de dez dias úteis.

13. Determinou-se, ainda, que qualquer alegação neste âmbito deverá ser efetuada mediante a utilização de formulário tipo, disponível na página eletrónica da Câmara Municipal de Cascais, em https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/formulario_exercicio_do_direito_de_participacao_de_interessados.pdf, podendo o processo do concurso ser consultado junto do Departamento de Recursos Humanos, sito na Rua Joaquim Manuel de Avelar, n.º 118, Piso 1, 2750-281 Cascais, todos os dias úteis das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00, mediante marcação prévia.

14. A final, o Júri decidiu remeter para publicitação na mesma página eletrónica, na subárea dos Recursos Humanos, <https://www.cascais.pt/sub-area/recursos-humanos> o sobredito projeto de lista unitária de ordenação final.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, pelas 11h27, da qual foi elaborada a presente Ata, que, depois de lida e votada nominalmente, foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos elementos do Júri presentes.

O Júri,

Assinado por: **PAULO MANUEL
GOMES NUNES**
Num. de Identificação: 10516741
Data: 2024.04.12 17:23:03+01'00'

Presidente

Assinado por: **RUI MANUEL
SANTOS DE LEMOS**
Num. de Identificação: 07704295
Data: 2024.04.12 17:20:32+01'00'

2.º Vogal Efetivo

Assinado por: **JOAQUIM JOSÉ
ADRIÃO CASTANHEIRA MENDES**
Num. de Identificação: 07434110
Data: 2024.04.12 17:18:19+01'00'

3.º Vogal Efetivo



1.º Vogal Suplente